

RIBEIRO JR., Jorge Cláudio Noel, A Festa do Povo; Pedagogia de resistência, Petrópolis, Ed. Vozes, 1982, 137 pp.

Nesta obra o A. entende a "festa do povo" como uma forma de pedagogia social que pode orientar os oprimidos numa dinâmica de libertação. Discorrendo dos que simplesmente atribuem à festa dos grupos populares um caráter de alienação, o A. entende que o lúdico pode "penetrar e transformar o cotidiano e a sociedade" (p. 50). O que se deve fazer então é articular o lúdico e o pedagógico, a festa e a luta: "se se quiser efetivamente libertadora, a festa precisará articular-se com uma estratégia global de resistência e de luta" (p. 35).

Em jornais sindicais brasileiros do começo do século, o A. buscou diversos exemplos desta articulação entre o lúdico e o pedagógico, mostrando como as lideranças sindicais de então programavam atividades visando à conscientização dos operários quanto às questões que lhes diziam respeito enquanto classe trabalhadora, e o faziam mediante a combinação de eventos recreativos (bailes, números cômicos) com eventos "mais sérios" (conferências, discussão de peças teatrais), uma vez que "o lúdico, o festivo, fica referenciado e em parte subordinado ao movimento de resistência operária" (p. 100). Segundo o A., "a festa libertária dos operários, sem deixar de ser festa, conseguiu concretizar uma dimensão pedagógica voltada para a libertação" (p. 103).

Na elaboração de seu trabalho, o A. também entrevistou moradores da pe-

riferia da cidade de São Paulo. Através de muitas respostas dos entrevistados, pôde detectar o valor que tem a festa para as classes populares, o significado que tem o lúdico para pessoas duramente solicitadas pelo trabalho. Parece ao A. que a cultura popular, de modo particular a prática lúdica, está "integrada com a prática da resistência" (p. 116) ante as situações de dominação.

O A. reconhece que é preciso fazer novas pesquisas e experiências para que se descubram características positivas na "festa do povo", bem como a realização de "experiências criadoras de festas que sintetizem o lúdico e o pedagógico: o campo está aberto e em boa parte inexplorado" (p. 131). Ao final do livro, o próprio A. fornece algumas "propostas gerais" aos que queiram se oferecer para tal tarefa.

Apesar de publicado já há alguns anos, o texto é atual, e coloca um problema de grave importância, sobretudo para aqueles que se comprometem com o processo de emancipação das classes populares. Sem dúvida é simplismo inconsequente afirmar que as festas do povo tão somente mantêm alienados os oprimidos, quando os festejos podem significar justamente a criatividade e o protesto de um povo marginalizado frente a abusos dos detentores do poder. Ao educador popular cabe a tarefa de captar o potencial libertador das manifestações lúdicas populares, e orientá-lo na busca de melhores condições de vida para os despossuídos. É esta a idéia principal que o A. apresenta em seu livro.

Paulo César Barros

Nosso futuro comum, Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), Rio de Janeiro, Edit. Fundação Getúlio Vargas, 1988, 430 pp.

O Instituto de Documentação e a Editora da Fundação Getúlio Vargas publicaram recentemente a tradução do excelente volume *Our Common Future*, organizado pela Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), ligada à ONU. É importante lembrar que esta comissão foi criada num momento em que as pressões sobre o Meio Ambiente, em escala internacional, tinham alcançado proporções preocupantes quanto ao futuro do nosso planeta. O presente volume foi considerado pela Universidade de Oxford como o mais importante documento internacional sobre o Meio Ambiente. A obra é fruto de uma pesquisa séria da CMMAD, realizada em diversos países do mundo. A questão do Meio Ambiente é analisada sob os aspectos sociais, políticos, científicos, econômicos, filosóficos e éticos. Não se trata apenas de constatações de dados ou mesmo levantamentos estatísticos sobre a crise do Meio Ambiente, mas também de uma análise profunda acompanhada de alternativas concretas para a superação da crise. O livro divide-se em três partes. Na primeira, intitulada "Preocupações comuns", a CMMAD analisa a questão do futuro ameaçado, mostrando os sintomas e causas, a saber: pobreza, crescimento demográfico, sobrevivência e a crise econômica internacional. Em seguida aborda a questão do desenvolvimento sustentável e tudo o que dele decorre. No último item é analisado o papel da economia internacional e sua relação com o Meio Ambiente. Na segunda parte aparecem os chamados "Desafios Comuns" que as questões sociais apresentam com relação ao Meio Ambiente. Entre estes

estão: população e recursos humanos, segurança alimentar, preservação de espécies e ecossistema, energia e sua relação com o Meio Ambiente, a indústria que produz mais com menos recursos ambientais e o desafio urbano. Na terceira parte do livro, "Esforços Comuns" para a preservação do Meio Ambiente, aparecem os aspectos administrativos, jurídicos, a questão da paz, segurança e desenvolvimento ambiental. Em suma, as três partes da obra estão pedagogicamente organizadas de forma que o leitor, após contemplar a universalidade destas preocupações comuns com o Meio Ambiente, é levado a aprofundar os desafios comuns de maneira séria e crítica, passando em seguida para o nível concreto dos esforços comuns para solucionar o impasse da crise do Meio Ambiente com relação ao desenvolvimento social, político e econômico.

Além das três partes que constituem o corpo central do livro, encontramos dois anexos e os depoimentos de pessoas que contribuíram com suas opiniões nas audiências públicas da CMMAD. O primeiro anexo é uma súmula dos princípios legais propostos para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável. O segundo refere-se à CMMAD e seu trabalho. Os depoimentos de jornalistas, índios, professores, pesquisadores, diretores de institutos etc. são extremamente ricos, quer pelo seu pluralismo cultural, quer pelas suas preocupações éticas com o Meio Ambiente.

O presente volume é um documento a *ser lido e amplamente divulgado*, sobretudo porque este assunto é de grande importância e de interesse de todos. No Brasil esta obra poderá contribuir principalmente para ampliar o horizonte cultural de muitas pessoas que, por acharem que esta questão ambiental é modismo, acabam tratando o assunto com pouco interesse. Con-

tribuirá ainda para situar o leitor numa perspectiva mais globalizante da questão ambiental, sobretudo nos seus aspectos sociais, políticos e econômicos, e para despertar maior interesse pela questão ambiental, que deve ser assumida por todos, tanto no campo do saber como na cultura popular. Finalmente, esta publicação contribuirá para motivar a todos em torno de esforços comuns para a criação de princípios éticos que normatizem uma relação mais harmônica entre o homem e a natureza.

Josafá Carlos de Siqueira

VÉLEZ CORREA, Jaime, S.J., *Al encuentro de Dios. Filosofía de la religión*, Col. Filosofía para la Evangelización Liberadora en América Latina, vol. 1, Bogotá, CELAM, 1989, 461 pp.

O presente volume inaugura uma coleção de textos básicos para Seminários Latino-americanos. O A. pretende responder a uma solicitação da Conferência Episcopal Latino-Americana (CELAM), elaborando um "texto de estudo", destinado a "jovens estudantes universitários e seminaristas", com a finalidade de ajudá-los "a fundamentar melhor sua vocação" e "a dar o sentido humanista a sua vida e sua profissão" (p. 7). O livro se divide em três partes, de tamanho e valor desiguais: *O fenômeno religioso, Reflexão Metafísica, O fenômeno do ateísmo*. A primeira é fenomenológica, as outras duas pretendem ser propriamente filosóficas. Cumprindo a sua finalidade didática, o texto apresenta no início de cada capítulo um sumário do seu conteúdo e, no final, um pequeno questionário temático-existencial sobre o conteúdo desenvolvido. A apresentação do conteúdo é feita em linguagem acessível aos destinatários, às vezes simplificando em demasia questões que

exigiriam um tratamento mais matizado. Exemplo disso é, entre outras, a afirmação da p. 87 sobre as expressões societárias do fenômeno religioso: "Não devemos identificar o nível religioso com a função e a organização social, geradas pela religião; tampouco devemos reduzir o religioso a fatores econômico-sociais, como pretendem alguns teólogos da libertação na América Latina". Uma afirmação como esta, dada a sua gravidade, não pode ser feita levemente sem indicar nomes e obras que a possam comprovar. Dada a simplicidade com que apresenta a matéria, o livro decepciona o leitor mais exigente, propondo uma espécie de nivelção por baixo para os seminários. O recenseador pensa que a complexidade dos problemas com os quais se defronta a formação do clero no nosso continente exige que se ofereçam, aos professores e alunos dos seminários, alimentos mais sólidos para o seu sustento.

Marcelo Perine

LAMOUNIER, Bolívar, *Partidos e Utopias: o Brasil no limiar dos anos 90*, Coleção Temas Brasileiros VII, São Paulo, Edições Loyola, 1990, 150 pp.

Com essa publicação, o IBRADES (Instituto Brasileiro de Desenvolvimento) pretende inaugurar uma nova fase da coleção Temas Brasileiros. Trata-se de uma acurada reflexão, realizada pelo professor Bolívar Lamounier, num momento decisivo da história política brasileira, na qual se visualiza a possibilidade de um fortalecimento das nossas instituições políticas. O trabalho vem contribuir para que o debate sobre a questão partidária, sobre a forma de governo e o modelo de democracia, não fiquem à margem da pauta das questões nacionais.

O livro está dividido em duas partes e quatro capítulos. A primeira trata do processo político que começou com o bipartidarismo compulsório e resultou na Nova República. O primeiro capítulo desta parte, apresenta a transição política com um leve aceno para as questões econômicas que se fizeram presentes durante os três últimos governos militares, inclusive as que fizeram com que o governo da Nova República apresentasse uma virtual situação de ingovernabilidade. O segundo, trata do papel dos partidos na Constituinte, através de uma análise quantitativa de vários conjuntos de dados disponíveis sobre o processo, começando pela própria eleição de 1986, passando pelos perfis ideológicos traçados pela imprensa nos primeiros meses de 1987, concluindo com algumas avaliações elaboradas no final por entidades de classe.

A segunda parte interroga o rumo tomado pelo Brasil após a Constituinte. O terceiro capítulo faz uma análise das eleições municipais de 1988, apresentando alguns antecedentes e os efeitos específicos dessa situação no desenvolvimento do processo eleitoral. O quarto capítulo versa sobre os partidos e utopias no processo brasileiro de consolidação democrática. A palavra utopia é empregada pelo A., não no sentido convencional de doutrina irrealizável e totalmente destituída de embasamento social, mas para designar visões alternativas da organização econômica e institucional brasileira (p. 12).

Finalmente, o A. conclui seu trabalho situando o Brasil no limiar dos anos 90, destacando duas considerações que lhe parecem fundamentais. Uma sobre a democracia representativa, considerada, em parte, já enraizada no País; a outra constata que o Brasil não tem outra alternativa senão optar pela democracia representativa, uma vez que não existe, no mundo atual, nenhum modelo político mais ade-

quado, tendo em vista o grau de complexidade econômica e social que já alcançamos (p. 127). Contudo, do início ao fim do trabalho, o A. coloca o presidencialismo como incompatível com a sedimentação de partidos programáticos. Os motivos estão ligados ao personalismo político e à precária estabilidade do sistema presidencialista. Ademais, o A. sustenta que o problema da representação entre nós está resolvido a meias, sobretudo porque com partidos inteiramente instáveis e amorfos, ou tendendo a uma proliferação desordenada, podem fraudar a vontade democrática tanto ou mais que o velho "voto de cabresto" do interior brasileiro. Nos dois últimos itens, o autor descreve o confronto entre Collor e Lula, através de uma crônica, e termina o trabalho com uma reflexão muito oportuna sobre a Cultura política brasileira.

Vale ressaltar a grande contribuição dada pelo A. ao tratar o Parlamentarismo, a democracia representativa. Entretanto, talvez a questão da democracia participativa merecesse um melhor desenvolvimento, sendo essa uma bandeira sustentada pelo movimento sindical e popular organizado no Brasil. Dois erros devem ser corrigidos nas pp. 40 e 49. Logo na terceira linha do segundo parágrafo da p. 40 está dito que a estrutura bipartidária foi estabelecida em 1985, quando deveria dizer 1965. À p. 49, na décima segunda linha, está dito que o Congresso não extinguiu o Colégio eleitoral em 1985, quando deveria ser afirmado esse fato histórico.

Erisvaldo Pereira dos Santos

AMADO, J. Wolmir et alii, *A Religião e o Negro no Brasil*, São Paulo, Edições Loyola, 1989, 78 pp.

Com o crescimento do movimento de consciência negra na década passada, a publicação de ensaios sobre as questões

que envolvem o negro na sociedade brasileira, aos poucos, foi ocupando espaço no nosso mercado editorial. Juntamente com isso, passa a surgir dentro das nossas universidades uma maior atenção para com essa realidade. Isso acontece porque, aos poucos, os negros têm ocupado o espaço universitário. Essa reflexão está situada nesse contexto.

Organizado pelo professor Wolmir Amado, o livro em questão quer ajudar na compreensão do fenômeno religioso que envolve o negro brasileiro. O texto está organizado em três unidades e subdividido em vários itens.

A primeira unidade desenvolve uma discussão do conceito religião e do fenômeno religioso, apresentando a posição de alguns expoentes do pensamento moderno ocidental, tais como Comte, Durkheim, Marx, Weber etc., onde a religião é tida como explicação mágica da natureza, produto social, projeção da consciência humana etc. O A. está convencido de que a reflexão desses pensadores não contempla totalmente a alma negra, pois trata-se de uma compreensão condicionada pelo "ver" grego ou indo-europeu (*theorein*), que deixa de lado o "escutar", uma vez que a religião não é um objeto manipulável. Para o A., o tratamento preconceituoso dado pelo mundo acadêmico ao aspecto religioso é responsável pela pouca profundidade e seriedade no estudo do fenômeno.

A segunda unidade trata sobre escravo e a religião, explicitando os motivos da escravidão negra e apresentando a religião como elemento de resistência, onde está expressa a inteligibilidade coletiva.

A terceira unidade trata sobre a Igreja e a escravidão no Brasil, relatando algumas atitudes tomadas pela insti-

tuição eclesiástica durante o período colonial, sem apresentar as fontes. A Campanha da Fraternidade de 1988, sobre o tema "A Fraternidade e o Negro", é abordada como um reconhecimento das faltas da Igreja com relação à evangelização do negro no passado.

O estudo da realidade em que está inserida a comunidade negra no Brasil é de fundamental importância. Entretanto, não obstante ser essa uma contribuição válida para a questão da negritude nas bibliotecas brasileiras, é necessário observar que o título da obra sugere mais do que aquilo que consegue apresentar. Talvez teria sido necessário delimitar melhor o tema. Ademais, apresenta um rompimento metodológico bastante visível entre a primeira unidade e as unidades subsequentes.

Erisvaldo Pereira dos Santos

ECHEGARAY, Hugo, *Utopia e reino na América Latina*, trad. de José A. Ceschin, São Paulo, Edições Loyola, 1989, 143 pp.

O presente livro é uma seleção de artigos do teólogo peruano EcheGARAY, falecido em 6 de abril de 1979. São 9 artigos organizados em dois blocos. O 1º intitula-se *Deus no caminho do pobre*: reúne 6 pequenos artigos na perspectiva da teologia da libertação, buscando compreender a fé dentro de um processo de libertação de um povo. A fé possui um caráter histórico, operante, libertador em relação a todo regime social baseado na concentração da riqueza e do poder. Entre outros aspectos, destaca que a práxis libertadora de Jesus, fundamento da fé, é também inspiradora de um exercício mais humano e solidário da medicina. O alcance do gesto de curar de Jesus (Mc 1, 40-45) é, ao mesmo tempo, médico e político. O 2º bloco, *Utopia e história*, de-

senvolve uma reflexão de caráter mais interdisciplinar, sobretudo o terceiro artigo. No primeiro artigo o A. realiza uma indução histórica do termo utopia, em vista de precisar o seu sentido real. Analisa rapidamente as utopias humanista de T. Morus e T. Campanella, os movimentos quiliásticos e os socialismos utópicos do séc. XIX. Daí conclui que a utopia é um produto de transição entre duas formas sociais diferentes, duas concepções de atividade produtiva. Se, por um lado, é expressão de um desequilíbrio social, por outro, representa a busca de um novo equilíbrio e um esforço de racionalidade social. Dentro da corrente socialista, a tentativa mais recente de reabilitar a utopia é representada por E. Bloch. No segundo artigo o A. compara duas concepções antitéticas do processo de libertação: Lutero e Münzer, que representam duas maneiras de entender o tradicional problema da relação fé-política. Esta oposição se situa no próprio conceito de liberdade cristã. Lutero, influenciado pelo seu pessimismo antropológico, reduz a liber-

dade ao nível da consciência subjetiva, tornando-a ineficaz perante Deus e o mundo. Münzer, por suas tendências apocalípticas, dissolve a liberdade nas suas condições objetivas de realização. Em Lutero, fé e política são esferas autônomas e separadas, enquanto que em Münzer, a política é regida pela fé, constituindo com ela uma unidade indiferenciada. Finalmente, no terceiro artigo, o A. confronta psicanálise e teologia, não no nível puramente prático que, segundo ele, é insuficiente, mas no nível mais radical da teoria, enquanto psicanálise e teologia são discursos produtores de significados verdadeiros. Sua intenção é repensar a fé a partir da psicanálise. Em vista disso, dialoga com Freud na sua crítica à religião, ajudando-se para tanto das reflexões de P. Ricoeur.

Recomendamos a leitura deste livro, sobretudo pela densidade e perspicácia com que, na segunda parte, o A. tematiza a relação da fé com a política, com o pensamento utópico e a psicanálise.

Edgar A. Piva

O presente livro é uma seleção de artigos do teólogo pernambuco-berlinsês, publicada em abril de 1979. São artigos organizados em dois blocos. O primeiro, sob o título "A teologia da libertação: uma reflexão crítica", contém sete artigos. O segundo, sob o título "A teologia da libertação: uma reflexão crítica", contém sete artigos. O livro é uma seleção de artigos do teólogo pernambuco-berlinsês, publicada em abril de 1979. São artigos organizados em dois blocos. O primeiro, sob o título "A teologia da libertação: uma reflexão crítica", contém sete artigos. O segundo, sob o título "A teologia da libertação: uma reflexão crítica", contém sete artigos.

A segunda unidade trata sobre escravidão e a religião, explicando os motivos da escravidão negra e apresentando a teologia como elemento de resistência, onde esta expressa a intelligibilidade coletiva.

A terceira unidade trata sobre a igreja e a escravidão no Brasil, relatando algumas mudanças tomadas pela igreja